

GESTÃO DEMOCRÁTICA E AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA NO ÂMBITO DA INSTITUIÇÃO PÚBLICA ESCOLAR, NA ATUALIDADE: UM BICHO DE SETE CABEÇAS?

¹Tycianna Lima Gomes – ¹acadêmica do Curso de Pedagogia da UVA

²Antonia de Paiva Dias – ²acadêmica do Curso de Pedagogia da UVA

Maria Neusita Tabosa - professora orientadora do Curso de Pedagogia da UVA

Eixo temático: Qualidade da Educação Básica e Superior: democratização do acesso, permanência, avaliação, condições de participação e gestão.

E-mail do autor principal: tyciannalima@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As reflexões contidas neste estudo são frutos de olhares de licenciandos, do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, realizados no decorrer do Estágio Curricular Supervisionado: Gestão Educacional Orientado do ensino médio, Estágio Curricular Supervisionado: Ação Docente nos anos iniciais do ensino fundamental e da disciplina de Avaliação Educacional, componentes curriculares referentes ao quarto, quinto e sétimo período do curso de Pedagogia. Experiência essa desenvolvida em duas escolas públicas: uma da rede estadual e outra da rede municipal de ensino na cidade de Sobral (CE), onde favoreceu a essas acadêmicas a oportunidade de identificação de novas concepções sobre, práticas educativas, gestão escolar na perspectiva democrática, redefinição de valores sociais, evidenciando elementos constitutivos na dimensão teórico-prática e ao redirecionamento das percepções observadas e as produções textuais dos estagiários para além do relatório. Desse modo, este trabalho contextualiza a temática acerca da gestão democrática e sua atuação avaliativa, a partir de alguns autores como: Garrido (2008), Luck (2010), Luckesi (2005), Freire (1979), Martins (2010), Vasconcelos (2009), Viana (2010), que sustentam esses pressupostos básicos. De igual modo, seguem-se uma caracterização, com depoimentos escritos obtidos por meio de uma pesquisa de campo realizada junto aos professores da escola pesquisada e as observações diretas feitas no âmbito da escola, com discussões analíticas e breves considerações finais.

OBJETIVOS

O Objetivo era identificar se o modo de atuação dos professores e da gestão escolar se caracterizava democrática frente à forma de avaliação dos educandos.

METODOLOGIA

Quanto à metodologia adotou-se observações diretas e entrevista semiestruturada com gestores, professores e alunos no âmbito escolar, versando sobre concepções e práticas avaliativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados obtidos acerca da atuação avaliativa da Gestão Democrática no âmbito da instituição escolar pública constatou-se que mesmo com as questões pré-determinadas há, por parte da gestão e dos docentes, uma tentativa, de proporcionar ao educando um conhecimento contextualizado agregado a novas práticas educativas, procurando romper, mesmo que de forma superficial, com a fragmentação das ações realizadas. Entretanto, a cobrança sistemática ainda exerce grande poder sobre a gestão, os docentes, discentes e a sociedade.

Assim, os gestores e os professores entrevistados afirmaram que a prática de uma avaliação adequada, bem como uma educação de qualidade e significativa que atenda às reais necessidades dos educandos “(...) requer que todos sejam sujeitos ativos no processo pedagógico, bem como o todo planejado coletivamente através do Projeto Político – Pedagógico (PPP) da escola”. E além deste quando se fizer necessário. Pois tanto a ação cotidiana dos educadores no âmbito escolar a nível burocrático e de sala de aula, quanto a vivência educacional dos discentes além da escola, mostram em suas próprias reflexões confirmadas nas específicas entrevistas, que os educandos expõem uma realidade formativa educacional e social alienante e os educadores conhecedores dessa prática avaliativa que os envolve, afirmam com propriedade que o envolvimento de todos na busca adequada do instrumento da avaliação é indispensável tanto para o acompanhamento educacional dos discentes quanto para a contínua prática docente, pois de acordo, com Luckesi (2005, p.39 e 40)

“(...) compreendemos e expomos a avaliação da aprendizagem como um recurso pedagógico útil necessário para auxiliar cada educador e cada educando na busca e na construção de si mesmo e do seu modo de ser na vida”. “(...) e (...). O ato de avaliar, devido estar a serviço da obtenção do melhor resultado possível, antes de tudo, implica a disposição de acolher a realidade como ela é.”

Desse modo, afirma Vasconcelos (2009, p.28-29) que, “o importante não é a prática, mas o tipo de prática, pois o objetivo de todo processo de planejamento é chegar à

ação transformadora.” E as ações transformadoras gestadas na escola, além de exigir uma nova lógica pedagógica, que privilegie o processo e não o produto deve possibilitar a instauração de relações sociais pautadas em valores que respeitem a dignidade humana e que rejeite toda e qualquer forma de autoritarismo e alienação. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que todo processo de aprendizagem e avaliação da mesma, é interdependente e circunstancial, pois o indivíduo e seu meio ambiente exercem influências recíprocas, ou seja, o ato de avaliar é acima de tudo uma prática social e histórica que pode nos levar a caracterizar, compreender, diagnosticar e ajudar a resolver uma grande variedade de problemas que afetam desde o mais simples problema do cotidiano escolar ao mais complexo problema do cotidiano social. Visto que segundo Freire (1979, p.17)

“O desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente. Na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora.”

No entanto, se a proposta avaliativa privilegia o produto e não o processo, se caracterizando como uma pedagogia do exame de cunho quantitativo, onde o principal objetivo é, obter resultados de índices enganosos de alfabetização, mediante à fatores negativos de motivação como: o terrorismo psicológico e as conseqüentes gratificações conseguidas por meio dos inúmeros subornos evidenciados durante todo o ano letivo, e no qual são exercidos pelos professores sobre seus alunos e sofrido pelos mesmos através de seus líderes no que chamamos de psicologia ou pedagogia da opressão, para o recebimento dos investimentos provindos do Fundo Monetário Internacional (FMI), sem utilizar meios adequados para atender à realidade e as necessidades do público atendido, nunca se poderá esperar um cidadão formado em toda a sua plenitude, nem tão pouco um grande número de profissionais capacitados, comprometidos socialmente, reflexivos e transformadores, mesmo porque aquele que se compromete com algo, não pode ter uma visão ingênua da realidade, pois conforme Freire (1979, p.19)

“Um profissional alienado é um ser inautêntico. Seu pensar não está comprometido consigo mesmo [...]. [...] olha para a realidade [...] com olhos alheios. O ser alienado [...].[...] deseja outro país e se lamenta de ter nascido no seu”.

Portanto para este, profissional alienado que se torna assim desde os primeiros momentos de sua formação educacional, a educação não é um ato de

conscientização e nem de formação social indispensável para o progresso de desenvolvimento humano e social dos sujeitos que compõem um país, mas, apenas uma mera transmissão e depósito de conhecimentos adquiridos ao longo da história humana, que servem para manter um status social.

Assim é comum as evidências argumentativas de que a avaliação externa é um dos principais instrumentos para elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino, voltado para o direcionamento das 28 metas propostas pelo Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), cujo foco é o desempenho da escola e de seu rendimento. Entretanto, é necessário questionar-se como já se faz, sobre a dinâmica cotidiana da aprendizagem escolar, os bloqueios que se sobressaem ao sucesso escolar dos educandos, e sua real função avaliativa de formação educacional dos discentes e no acompanhamento da práxis dos docentes, onde esta atende apenas às exigências do sistema propostas para a gestão escolar. Mas principalmente, é importante questionar-se sobre a aprendizagem e a avaliação de qualidade e significativa para todas as crianças e suas famílias, direito este adquirido e estabelecido na Constituição de 1988.

“(Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (CONSTITUIÇÃO DE 1988. 2010, p. 12)

Sendo assim, é notório que no processo educacional, político, econômico e social torna-se cada vez mais importante a partir dos compromissos assumidos por cada uma dessas instancias e segmentos, que se vise a melhoria do ensino, fazendo da escola um centro educativo de qualidade onde se forma cidadãos alunos, professores e dirigentes devidamente valorizados, a fim de que possam ajudar o País a edificar um eficiente sistema público de educação básica. (Brasil. MEC. 1993). Pois, a natureza do processo educacional e o modo como as pessoas atuam no coletivo, na organização e realização do trabalho escolar, revela a concepção de educação, caracteriza o modelo de gestão adotado pelas lideranças e sua real missão social.

Assim entende-se que a qualidade dos processos de gestão educacional está à luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, bem como do Projeto Político-Pedagógico da escola, no Plano Nacional da Educação e nos PCNs, onde estes devem contribuir não só para uma autonomia de atuação, como também para a qualidade das práticas de formação humana de docentes, discentes, funcionários,

comunidade escolar e à obtenção de êxitos no processo de ensino- aprendizagem. Fazendo jus ao conceito de gestão democrática que atualmente nos é garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação onde a ação da gestão que esta voltada para o desenvolvimento dos processos de construção de ambientes e acima de tudo das experiências educativas que contribuem para a necessária cultura da participação de todos que compõem a escola, possam literalmente caracterizar-se por uma busca efetiva de educadores que, conscientemente investem esforços no sentido de construção de uma concepção, cuja finalidade é a construção de uma sociedade justa e igualitária. Pois a influencia das relações interpessoais e grupais, possibilitam o desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

CONCLUSÕES

Na perspectiva do que foi abordado concluímos que, as experiências vivenciadas nos Estágios em: Gestão Educacional e Ação Docente nos anos iniciais, realizado nas escolas públicas E.E.F.M Professor Luís Felipe e E.M.C.A Maria do Carmo Andrade na cidade de Sobral (CE), foi uma rica oportunidade para o exercício tanto da construção de nossas identidades profissionais, quanto na reflexão contextualizada e interpretação da realidade educacional de avaliação, com ênfase nas práticas dos educadores, identificando as contribuições teórico-práticas, como eixo articulador dos conhecimentos das diversas disciplinas curriculares estudadas no decorrer do curso de graduação em Pedagogia na Universidade Estadual Vale do Acaraú, onde se deram através do contato com o cotidiano escolar, a participação das atividades junto com os docentes e a gestão da escola, o que contribuiu para a ampliação de uma visão crítica, onde as trocas de conhecimentos, o diálogo respeitoso entre todos e a valorização das contribuições e sugestões se fizeram sempre necessários.

REFERÊNCIAS

Livros:

ALVES, Raimundo; ALVES, Maria Ivaneide Luna Sampaio. **Arquitetura dos fundamentos legais e estruturais da educação**. Fortaleza: Praxe, 2010.

CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil: leitura Crítico-compreensiva: artigo a artigo. 9ª ed Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12ª edição. Paz e terra.

LUCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 3sd. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **Gestão democrática e participativa**. 3ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **Gestão da cultura e do clima organizacional da escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LUCKESI, Cipniano C.. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**, São Paulo: Cortez, 2010.

LUCKESI, Cipniano C.. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: Reelaborando conceitos e necniando práticas.** Salvador: Malabanes, 2005.

VIANA, T.V.. Ciasca C. M. F, Sobral, A.E. **Múltiplas Dimensões em Avaliação Educacional.** Fortaleza; Irnece, 2010.

MARTINS, José do Prado. **Gestão Educacional: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação.** 4ª ed. Rio de Janeiro: editora Wak, 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 12ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2009.